Jefferson Carriello do Carmo (*)

Os partidos políticos na Itália e o problema da Escola e do Estado nos primórdios do pós-guerra

(*) Professor do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Sorocaba – Uniso. Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas à Educação na Universidade de Campinas – UNICAMP.

REVISTA DE ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS | SOROCABA, SP | V. 27 | Nº 1 | JUN. 2001 | P. 31-47

Scanned with CamScanner

RESUMO

Este artigo pretende refletir sobre alguns aspectos da proposta de escola e de Estado dos partidos políticos italianos. Houve destaque para os partidos Liberal e Socialista, juntamente com os partidos Popular e Fascista, que surgiram com o término da Primeira Guerra Mundial. A mediação deste assunto está no contexto da crise instaurada na Itália após o grande conflito.

ABSTRACT

Some aspects of school and State presented by Italian political parties are discussed in this paper. Emphasis was given to the Liberal and Socialist political parties, as well as to the Popular and Fascist parties, which emerged after the First World War. The crisis instituted in Italy after this conflict pervades the discussion.

Scanned with CamScanner

Considerações Iniciais

A política partidária italiana teve seus primeiros passos após a unificação nacional da península[1] sob a hegemonia do norte, articulada pelos liberais, e pelas formações políticas numericamente minoritárias, mas significativas nesse processo de unidade.[2] Após a unificação, a construção dos partidos políticos italianos passa por dois momentos: antes e depois do Grande Conflito.

No primeiro momento, os partidos políticos que tiveram um papel relevante na consolidação da unidade nacional fundaram uma linha nacionalista e liberal, proporcionando, também, o avanço das leis civis, um dos instrumentos fundamentais para a conquista posterior do sufrágio universal.[3] No entanto, apesar do alargamento da vida política, a influência dos partidos era irrelevante, já que o país estava sob uma monarquia constitucional, na qual era fundamental a autoridade do rei que nomeava e demitia ministros e, ao mesmo tempo, promulgava decretos com força legal.

No segundo momento, nos anos posteriores à Grande Guerra, deparamos com o surgimento de novos partidos (o Popular e o Nacional fascista) e com novas tendências, emersas para responder à crise do sistema político liberal, marcando o esgotamento do experimento iniciado com a unidade do Estado italiano.[4] Nas palavras de Bobbio, este foi um momento de grande avanço dos direitos políticos e do progresso de leis que alargaram o corpo eleitoral, que teve seu inicio em 1882.

O maior progresso foi a extensão dos direitos políticos, que atravessou a reforma do corpo eleitoral de 1882, de 1912 e de 1919. Algumas cifras: na primeira eleição, de 27 de abril 1882, o direito ao voto representava somente 1,7% da população. Na ultima eleição, a primeira após a reforma de

---

[1] Desde o Congresso de Viena, em 1815, a Itália estava dividida em três blocos: 1) **Norte** – constituído por três blocos distintos: a) Bloco Oriental, formado pelos reinos de Milão e Veneza, sob o domínio direto do Império Austríaco; b) Bloco Central, formado pelos ducados de Parma (ligado aos Bourbons, da Sicília), Módena e Toscana (ligados aos austríacos). c) Bloco Ocidental, formado pelo Reino de Piemonte – Sardenha, governado pela casa de Savóia. 2) **Centro**: Estados Pontifícios, sob o domínio do Papa. 3) **Sul**: Reino das duas Sicílias (capital Nápoles), governado pela casa espanhola dos Bourbons.

[2] Cf. L. Salvatorelli, **Sommario della storia d'Italia**. Daí tempi presistorici ai nostri giorni. Torino: Einaudi, 1969, p. 172-177.

[3] Salvatorelli, op. cit., p. 178.

[4] L. Salvatorelli, op. cit. p. 182-185.

Scanned with CamScanner

1882, os eleitores eram de 2,2%. Com a reforma de 1882 subiram para cerca de 7%; com a de 1912-23, atingiu 2% e, com a 1919-27, 33%.[5]

Nesse aumento do corpo eleitoral, encontramos uma das razões da profunda transformação da vida política da Itália do pós–guerra, comparada ao período imediatamente posterior à unificação, quando os eleitores eram 530.018, número correspondente a 2% da população; na última eleição, ante o advento do fascismo, em maio de 1921, foram os eleitores 11.477.210, correspondentes a 28,7% da população. Esse alagamento do sufrágio veio a contribuir não só para a formação de novos partidos, como o Popular e o Nacional Fascista, como para as mudanças programáticas dos já existentes: o Liberal e o Socialista. Semelhantemente, todos visavam a articular as forças sociais emergentes no pós-guerra em torno de programas políticos que procuravam dar respostas à crise provocada na sociedade italiana pela guerra.

A elaboração desses programas possibilitou uma nova fase da política italiana, que tem conseqüências marcantes no confronto entre os partidos citados, que disputavam a hegemonia sobre uma população mais sensível às questões políticas, porém carente de uma liderança, pois andavam como "um rebanho sem pastor". Esse confronto centrou-se em torno de dois objetivos: reformulação do Estado e liberdade da escola. É sobre estes dois objetivos que iremos tratar neste artigo, fazendo a seguinte interrogação: como os partidos emergentes do pós-guerra e os já existentes articularam suas propostas de Estado e de Escola diante da crise?

1. O Partito Popolare

A disputa começa em 1919, com a eleição de 100 deputados, com 1.200.000 votos do recém-nascido Partito Popolare Italiano, de inspiração cristã, o segundo maior partido após os socialistas que, com 1.800.000 votos, elegeram 156 deputados para a Câmara. Esteve na direção do partido, em sua gênese, Luigi Sturzo, sacerdote católico. Homem de grande acuidade política, constatou que a experiência e o sofrimento durante a Guerra tinham mudado o cotidiano do país, possibilitando que o povo participasse mais efetiva e sistematicamente da política institucional. Nesse contexto,

[5] N. Bobbio, **Dal fascismo alla democracia.** I regime, le ideologie, le figure e le culture politiche. Milano: Baldini & Castoni, 1997, p. 38.

Scanned with CamScanner

Sturzo via a oportunidade de criar um partido de base popular, capaz de tornar-se a expressão nacional do movimento católico, e queria dar a ele uma vitalidade nova que, sozinha, fosse suficiente para superar o que restava do velho parlamento liberal em crise e, consequentemente, das restrições à participação do povo na vida política italiana.

Com essa finalidade, Sturzo elaborou uma política constituída por várias propostas, entre as quais se destacam: a) liberdade da escola; b) regulamentação e funcionamento das leis eleitorais, de emigração e da reforma agrária, visando aos interesses públicos. Pretendendo colaborar para a solução dos problemas sociais, em torno dos quais fazia apelos não só aos católicos como a todos os homens livres e fortes, para que superassem o difícil momento em que o país estava passando, o programa indicava que era dever dos cidadãos a cooperação para os fins supremos da pátria. Em sua compreensão, estes fins deveriam ser norteados pela justiça social e pela liberdade da nação, que seriam garantidas pela liberdade religiosa não só dos indivíduos como da Igreja, para que esta pudesse cumprir sua missão espiritual no mundo e influenciar a família combatendo tudo o que pudesse decompô-la e desuni-la.

O Partido entendia que a realização dos fins anteriormente elencados deveriam ser levados adiante por um Estado que fosse a mais sincera expressão dos valores populares, que visasse à reforma parlamentar com base na representação proporcional, incluindo o voto feminino, com um Senado eleito como representação direta dos organismos nacionais, acadêmicos, administrativos e sindicais. O partido queria a reforma das instituições e dos órgãos jurídicos e a simplificação das legislações que estavam sendo manipuladas pelo Estado Liberal. Todas essas reivindicações visavam a restabelecer a ordem social do pós–guerra, que estava sendo ameaçada pela desintegração da família e da religião, acarretada, a seu ver, pelo crescimento do Partido Socialista.

Juntamente com essas reivindicações referentes ao restabelecimento da ordem social, o partido pretendia algumas reformas. Do ensino, com o objetivo central na liberdade da escola. Partindo do pressuposto de que a educação ideal é a da democrática e cristã, propunha que a obrigatoriedade do ensino religioso fosse garantida em todas as grades curriculares da escola pública e as aulas fossem ministradas pela Igreja.[6] Além disso, con-

[6] Esta era uma preocupação que estava presente em Sturzo em anos anteriores à efetivação do Partido. Em seu discurso, no Círculo de Cultura, em Milão, em 17 de novembro

Scanned with CamScanner

siderava fundamental lutar contra o analfabetismo, por uma educação popular e por uma instrução profissional.

Sua preocupação, particularmente com a "instrução profissional", estava diretamente relacionada com as transformações socioeconômicas ocorridas no país, tendo em vista uma nova geração orientada para o mundo do trabalho industrial:

> O operário italiano é preferido, não só pela assiduidade ao trabalho ou sobriedade (ao menos em comparação a outros) como pela facilidade de aprender e de se adequar, não só porque gosta, mas pelo seu rendimento no trabalho. É desse operário que nossa indústria precisa para poder enfrentar e superar a concorrência. Mas se esse genial trabalhador fosse tecnicamente mais preparado, haveria uma potencialidade maior e poderia servir ao enquadramento e à condução das forças que tínhamos e que não sabíamos utilizar.[7]

Em resumo, podemos dizer que a resposta do partido à crise do Estado Liberal se desdobra em três aspectos: a) renovação político-institucional, que nos seus vários aspectos deveria promover a descentralização do poder; b) a reforma escolar, que deveria proporcionar a liberdade da Igreja para realizar sua missão espiritual no mundo, tornando o ensino religioso obrigatório em todos os graus da escola; c) a criação de um ensino técnico profissional que correspondesse às novas exigências do mundo do trabalho na indústria e no campo.

2. O Partido Liberal

Após as eleições de 1919, os liberais perderam o controle do Parlamento para os partidos Popular e Socialista, fato que gerou inquietações no âmbito político e social, inclusive em torno do problema da educação. Um dos caminhos encontrados pelos liberais para estancar a crise do pós-guerra foi a formação do gabinete de Giolitti[8], em julho de 1920. Saudado como

---

de 1918, iniciando o movimento do Partido Popular, Sturzo apontava para o ideal de uma educação democrática cristã, onde a liberdade do ensino religioso fosse garantida em todas as grades curriculares da escola.

[7] Extraído do Programa do Partido Popular.

[8] Passados os períodos de dificuldades e de extrema reação dos últimos anos do século, o advento da era giolittiana, as melhores condições econômicas e políticas marcam, decididamente, mais liberdade em relação às épocas anteriores, permitindo uma relativa normalização da caótica situação escolar e um mais fecundo debate sobre problemas da natu-

Scanned with CamScanner

um salvador da classe dirigente italiana, chamou o neo-idealista Benedetto Croce para ocupar o cargo de Ministro da Educação Pública. O projeto dos liberais, no que se refere ao sistema educativo, principalmente para os professores e para a escola média, é norteado pela concepção "idealista", referência obrigatória para a sua política no pós-guerra. Os idealistas avaliavam que a situação de crise tinha aprofundado o afloramento de fortes sentimentos de egoísmo e uma tendência dissociativa na sociedade, tornando urgente a necessidade de regeneração moral dos italianos. Diante disso, a escola deveria ser um dos instrumentos indispensáveis para a união nacional, no âmbito de um projeto de recomposição do Estado, sendo, também, uma auxiliadora no quadro das transformações políticas do pós–guerra.[9] Para isso, a escola deveria ser administrada pelo Estado, em oposição frontal à posição dos católicos.

Essa oposição assume um caráter mais acentuado quando Croce introduz o exame de Estado, com dois objetivos, pelo menos: "controlar" a escola privada e ser o fator divisório e limitador do acréscimo de estudantes nas fases posteriores da escola (instituir exames de Estado era o único meio sério para haver um eficaz controle sobre o aproveitamento dos alunos). No bojo dessa oposição estavam o ponto de vista crítico e a diferença entre católicos e liberais. Conforme entendia o Partido Popular, introduzir o exame de Estado significava tirar a "liberdade da escola", pois, na proposta de Croce, o conteúdo curricular deveria estar subordinado às orientações do Estado. O fato de ser este o guardião da escola significava, para Sturzo, a diminuição de influência da Igreja na direção do magistério espiritual, inibindo a sua liberdade Essa oposição se manifesta na reação de Croce ao programa político dos católicos, principalmente no que se refere ao aspecto da "liberdade da escola", pois, para ele, é contra o ideal básico do liberalismo, isto é, a livre concorrência, em todos os campos, inclusive da escola.

Embora reconhecesse que a Igreja deveria ter a liberdade de desenvolver o seu conteúdo educativo e moral, considerava que a descentralização do controle estatal e a introdução do ensino religioso obrigatório torna-

---

reza educacional. Não podemos esquecer que, antes mesmo do começo da Primeira Guerra, houve animados debates entre católicos e socialistas sobre a escola pública e a escola privada, o que estimulou o governo liberal a promulgar leis escolares, como por exemplo, a lei de Orlando de 18 de junho de 1904.

[9] Ester Fort, Gli Insegnanti. In: G. Cives (cura). **La Scuola italiana dall´Unità ai nostri giorni**, 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993, p. 220.

Scanned with CamScanner

riam a escola terreno do clero e da Igreja católica para formar o indivíduo desde a juventude até à fase adulta, em conformidade com os seus dogmas.

Resumindo, ao introduzir o exame de Estado como projeto de lei apresentado ao Parlamento, Croce não visava apenas a uma seleção mais rigorosa para o acesso à escola média para impedir "o continuo acréscimo" da população escolar mediante uma "limitação de inscrições,"[10] mas estava, também, preocupado em submeter ao Estado a grade curricular de todo sistema escolar italiano. Esse projeto dos liberais teve forte oposição dos comissionados da câmara, dentre os quais os socialistas, e até membros do grupo de Giolitti que se pronunciaram contra o documento. Os primeiros, enxergando nele um esforço dirigido contra o povo, especialmente contra as classes trabalhadoras. Em contrapartida, a proposta dos socialistas preconizava uma escola centrada não no Estado, mas na sociedade, tendo por principal objetivo a instrução popular.[11] Entendiam por instrução popular tanto o alargamento do acesso à educação quanto a adoção de uma pedagogia transformadora.[12]

3. O Partido Socialista

A proposta socialista também surge da disputa pela liberdade da escola, representando uma avançada expressão do pensamento educativo italiano da época, pois não estava centrada na concepção de uma sociedade excludente e competitiva, mas na defesa da plena participação de todos os seus membros, embora o PSI priorizasse a classe operária, que se considerava como a "vanguarda consciente" que deveria assumir a "função diretiva" da sociedade em crise[13]. Essa compreensão é que irá percorrer toda a

---

[10] Apud. B. Croce, Le riforme degli esami e la sistematizazione delle scuola medie. **La Voce**, p. 206.

[11] O tema do direito à educação e à instrução popular esteve sempre presente na linha política do Partido Socialista, porém é no período giolitiano que esta preocupação se aflora. Para um estudo mais amplo sobre este tema consultar os seguintes artigos: G. Margnani, **L'Avanti!** e l'istruzione popolare nell, età giolittiana; A. Luppi, Istruzione e stampa socialista a Bergamo (1892-1915); M.Gelati, I socialisti e II lavoro educativo. In: Catarsi et Genovesi, **Educazione e socialismo**. In cento anni Storia d'Italia (1892-1992). Bassi: Ferrara, 1993, p. 155-161.

[12] L. Borghi, **Educazione e autorità nell'Italia moderna**. Firenze: La Nuova Italia, 1993, p. 210

[13] Id., ib., p. 210.

Scanned with CamScanner

proposta de educação socialista, em dois momentos. Primeiro, na substituição do "consolidado" Estado liberal da era giollitiana[14]. Segundo, na criação de um programa educacional que visasse à democratização política e social e que, em linhas gerais, estivesse em sintonia com o processo de modernização pelo qual estava passando o país.[15]

O representante de maior expressão desses ideais políticos e educacionais no PSI era o filósofo Antonio Gramsci,[16] que defendeu uma educação com base no direito de todos à instrução integral, que possibilitasse criar, ao mesmo tempo, uma liderança revolucionária, capaz de desarticular o Estado liberal.[17] Essa proposta educativa foi adotada pelo PSI em abril de 1919, quando foi fundado o semanário **L'Ordine Nuovo**, por quatro personagens relevantes do partido no cenário político italiano do pós-guerra: Gramsci, Terracini, Togliatti e Tasca. Esse semanário de resenha da cultura socialista tinha como primeira finalidade difundir o ideário do partido, a fim de preparar ideologicamente o trabalhador para transformar e dirigir a sociedade. Uma das primeiras orientações, para o cumprimento de suas finalidades está no texto "Democracia Operária", de 21/05/1919, escrito por Gramsci, em que apontava a relevância da direção política e para a necessidade de dominar as forças sociais que a guerra tinha desencadeado:

> Hoje em dia, um problema aflitivo impõe-se a todo socialista que tenha vivo o sentimento da responsabilidade histórica que pesa sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido e que, pela missão dessa classe, representa sua consciência crítica e operante (...) Como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como disciplíná-las e dar-lhes uma forma política que contenha em si a virtude de se desenvolver normalmente, de integrar-se continuamente até compor a estrutura do Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como unir o presente ao

---

[14] Cf. B. Gariglio; F. Cereja et P. Bresso. **Politica e instituzioni in Italia dall´ unità al fascismo.** Torino: IL Segnalibro, 1989, p. 63-83.

[15] É necessário esclarecer que esse programa tem suas origens a partir de 1900, quando visava a garantir ao proletariado "a liberdade e a eficaz expressão política de seus interesses", levando em conta a condição econômica e moral dos proletários, iniciando-os na administração do governo das coisas públicas. Carlo Giorgio Lacaita, Educazione e scuola nel movimento socialista. In Catarsi et Genovesi. (org.) **Educazione e socialismo**, p. 13.

[16] Cf. A. Gramsci, **L´alternativa pedagogica.** 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1980, p. 89-118.

[17] L. Borghi, **Educazione e autorità nell'Italia moderna**, p. 211-215.

Scanned with CamScanner

> futuro, satisfazendo as necessidades urgentes do presente e trabalhando, de forma útil, para criar e "antecipar" o futuro?[18]

Gramsci indicava, também, que essa direção deveria suprir a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual que, no seu entender, estava presente no mundo industrial moderno. Nas palavras de Nosella:

> Do ponto de vista teórico-cultural, a primeira grande questão, obviamente, era como integrar teórica e praticamente o mundo do trabalho com o mundo da cultura; a ciência produtiva com uma ciência humanista; a escola profissionalizante com a escola desinteressada. Essa questão devia ser resolvida radicalmente e, para que isso ocorresse, o ponto de partida deveria ser único. Gramsci havia aprendido, no estudo dos filósofos da imanência (idealismo) que, se o ponto de partida da epistemologia não fosse único, jamais aquela filosofia se livraria do bipolarismo ou da dicotomia. Esse único ponto de partida, obviamente, era, na concepção gramsciana, o trabalho industrial moderno, a fábrica.[19]

Na ótica de Gramsci, o caminho que o PSI deveria percorrer era o de estudar a organização da fábrica, pois nela estava a produção e a organização do trabalho. A fábrica é entendida, nesse período, como o germe do futuro Estado operário, visto ser a célula dos Conselhos de Fábrica. Esse jeito de ver e entender a fábrica permite ao partido colocar o problema educativo, não só a partir da crítica genérica como um problema técnico e político, entendendo que a relação trabalho-escola deveria abranger todos os aspectos do saber humano. Porém, essa relação não nasce de uma simples experiência de fazer uma horta nos fundos da escola e nem tampouco adaptá-la. Segundo a idéia de Nosella:

> (...) a escola inspira-se no trabalho industrial moderno, com o seu princípio pedagógico, não certamente deixando de ser escola (nem parcialmente) e, sim, concretizando-se como uma escola historicamente moderna, isto é, de tendência socialista, centrando-se na idéia de atuar na liberdade concreta e universal do homem. E os operários, quando vão à escola, não vão para continuar a produzir os mesmos produtos que produziam na fábrica e, sim, para entender

---

[18] A. Gramsci, **Antologia**. 12. ed. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. Madrid: Siglo Veinteuno, 1992, p. 58-59.

[19] Paolo Nosela, **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 31-32.

Scanned with CamScanner

> mais profundamente sua fábrica, seu instrumento de trabalho e sua organização produtiva, numa perspectiva histórica, universal e política. Assim, a escola permanece a escola e a fábrica permanece a fábrica. Só que, a primeira torna-se "escola-do-trabalho", por pertencer espiritualmente ao mundo do trabalho e inspirada pelo trabalho. E a oficina torna-se oficina de trabalhadores "intelectuais" porque passou a ser oficina iluminada, humanizada e nutrida pela escola.[20]

Essa compreensão do papel da escola, conforme Lombardi, aponta para dois fatores importantes. O primeiro está ligado à crítica do programa liberal de escola, que fazia a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O segundo, à preservação da concepção de "cultura humanista" da escola. Esse humanismo não é apenas literário, erudito ou tradicional mas um humanismo de "tipo novo, isto é, de tipo histórico, que tem suas raízes no contexto e nas atividades do homem, que converte o sujeito passivo em protagonista da história".[21] Tal humanismo deveria ser um veículo de ligação entre o mundo do trabalho e a construção de um novo homem.

Em resumo, a proposta do Partido Socialista era inovadora para a conjuntura italiana da época, pois não tinha como finalidade descartar o conhecimento acumulado, mas conformá-lo aos novos valores e exigências da sociedade industrial, além de romper com o caráter unilateral, próprio da sociedade dirigida pelos liberais, em que o patrimônio cultural (enciclopédico) é propriedade de poucos privilegiados. Nesse novo humanismo proposto pelo **L´Ordine Nuovo**, a função da escola é assumir a tarefa educativa que o ideal liberal idealista havia perdido, ao desvincular os valores transmitidos por um trabalho milenar do pensamento (humanismo enciclopédico) da sociedade real, convertendo-os em objetos alheios à vida cotidiana dos homens. Superando a dualidade entre cultura humanista e cultura técnica, o PSI procurava sintonizar-se com a emergência da nova sociedade de base industrial.

4. O Partido Fascista

À semelhança do Partido Socialista e do Popular, o Partido Fascista visava à desarticulação do Estado Liberal e à reorganização da sociedade em

---

[20] P. Nosella, op. cit., p. 37.

[21] F. Lombardi, **Las ideas pedagógicas de Gramsci**. Barcelona: A. Redondo, 1972, p. 69-70.

Scanned with CamScanner

crise, propondo novas formas institucionais que deveriam ser capazes de realizar tais objetivos. Dentre elas estavam a escola e as corporações, que foram instrumentos relevantes após a ascensão do fascismo.

Giovanni Gentile[22] foi nomeado por Mussolini Ministro da Educação Pública a partir de 30 de outubro 1922 até 26 de junho de 1924. Seus principais colaboradores foram pedagogos, filósofos e altos funcionários da administração escolar. Após sua nomeação, deu-se início a uma reforma da educação italiana que envolveu um debate entre o mundo político e o econômico em torno dos problemas pedagógicos, e com estreita relação entre fascismo e idealismo. Através dessa reforma, a escola, foi uma das instituições de maior relevância, pois, na gênese do partido, foi objeto de profunda reformulação a fim de garantir o progresso econômico do país pela elevação do "nível moral e cultural" das massas e pela criação de uma elite dirigente forte e em continua renovação.

> A escola deve ter como objetivo geral a formação de pessoas capazes de assegurar o progresso econômico e histórico da Nação, elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação constante das classes dirigente.[23]

Foi, também, através da reforma, que o fascismo viabilizou na sociedade italiana sua proposta política surgida no debate sobre a função da escola, ocorrido no pós-guerra entre os partidos. À medida que os partidos excluídos do debate não apontaram de forma "definitiva" soluções para a questão escolar, nem para as questões políticas e econômicas, abriam-se novos ca-

---

[22] Gentile, ao ser nomeado primeiro Ministro da Educação no governo fascista, e sendo o titular da Intrução Pública, obteve amplos poderes na ordem escolar, contando com outros colaboradores que por ele foram escolhidos. Guiseppe Lombardo-Radice foi indicado para o cargo de Diretor Geral da Escola Elementar. A sua contribuição foi definir os programas para a escola elementar e conduzir do ambiente para esta escola. Ernesto Codignola também foi um colaborador de Gentile. Sua contribuição ocupou-se em transformar a Escola Normal em Instituto Principal, quando deu ao último uma orientação de cunho humanistico. Sua outra contribuição foi como diretor da revista **Levana**, coordenada por Gentile. Cf.: Vittorio Del Nero, **La Scuola elementare nell' Italia fascista.** Dalle circulari ministeriali 1922–1943. Roma: Armando, 1988, p. 9; Tina Tomasi. **L'idea laica nell'Italia Contemporanea (1870-1970).** Firenze: La Nuova Italia, 1971, p. 125-138; Ciliberto Bellucci, **La scuola e la pedagogia del fascismo.** Torino: Loescher, 1978, p. 150-168; 195-200.

[23] Programa do Partido Nacional Fascista, 1921. In: P. Bresso; F. Cereja; B. Gariglio, **Politica e istituzioni in italia dall'unità al fascismo.** Torino: Il Segnalibro, 1989, p. 226.

Scanned with CamScanner

minhos, constituindo-se, aí, a reforma de Gentile, no âmbito educacional, como uma das possibilidades para a "solução" do problema escolar.

Esclarece Vittoria[24], ao referir-se sobre a reforma de Gentile, que esta tinha por finalidade formar o homem, isto é, um homem novo, o homem fascista, e a escola seria o lugar para essa formação. Tal formação deveria ocorrer na fase inicial, chamada "estágio ditatorial da reforma", que tinha como objetivo transformar a escola em um instrumento de "fascistização"[25] do país.[26] O Estado deveria ser a instituição que possibilitasse a concretização desse objetivo. Assim sendo, o que veio a nortear toda a reforma educacional e administrativa de Gentile foi o ideal do Estado como eterno e imanente representante da consciência da nação e, no que é pertinente aos princípios inspirados dessa reforma, foram a disciplina, a hierarquia e a submissão à autoridade. Nas palavras de Vittoria, Gentile propõe que a educação, fosse atribuição do Estado e que este atribuísse "os seus direitos sobre a educação fascista às jovens gerações".[27] Sendo assim, o que caracteriza o processo de "fascistização" é o poder para organizar os jovens na escola, pois o *slogan* de Mussolini foi "livro e mosquete", predominando na política e nos objetivos escolares:

> A educação física, a instrução militar, a participação nos acontecimentos e a manifestação do regime tornando tudo parte integrante da vida escolar concreta a marcar amplos espaços da educação, da doutrinação e da formação política dos jovens.[28]

Para pôr em prática esses ideais, Mussolini contava com o apoio de Gentile. A política foi a base fundamental da sua reforma educacional[29], que é acompanhada por uma forte influência de propaganda política[30] e de

---

[24] Cf. A. Vittoria, Scuola e apparati educativi del fascismo. In: **Studi Storici**. Rivista trimestrale dell'Instituto Gramsci, v. l, 1979.

[25] Para um estudo mais detalhado do processo de fascistização do povo italiano através da escola, cf. Carmen Betti, **L'Opera nacionale Balilla e l'educazione fascista**. Torino: Firenze, 1984.

[26] Id., ib., p. 455.

[27] Id., ib., p. 455. Cf. E. R. Tannenbaum, **La experiencia fascista: sociedad y cultura en Italia (1922- 1945)**. Madrid: Alianza, 1975, p. 109.

[28] Vittoria, op. cit., p. 455.

[29] Bellucci et Ciliberto. **La scuola e la pedagogia del fascismo**. Torino: Loescher, 1978, p. 204-205.

[30] Sobre alguns aspectos da propaganda fascista, cf. M. Isnenghi, **Intellettualli militanti e intellettualli funzionari**. Torino: Giulio Einaudi, 1979.

Scanned with CamScanner

organização do fascismo, visando à hegemonia do regime numa sociedade desarticulada social e economicamente[31]. Diante dessa desarticulação econômica, apontava para as corporações, que deveriam ter como objetivo organizar a economia e a vida social italiana, acentuando as diferenças entre o socialismo e o liberalismo. As corporações, por exemplo, apontavam para a solidariedade e o desenvolvimento produtivo da nação.

> As corporações devem ser encorajadas conforme duas direções fundamentais: como expressão da solidariedade nacional e como meio de desenvolvimento da produção. As corporações não devem tender à anulação do indivíduo no interior da coletividade, nivelando arbitrariamente as capacidades e as forças dos indivíduos, mas, ao contrário, a exaltá-los e desenvolvê-los (...)[32]

Para Tannenbaum, as corporações, através da organização econômica das indústrias privadas, objetivava solucionar o problema da pobreza nacional, acentuada no fim da Guerra. Com essa finalidade visava, também, a desarticuar politicamente os outros partidos que tinham suas propostas para a crise econômica italiana.

> ...una de las características más significativas del fascismo italiano fué su pretensión de haber implantado un nuovo sistema de organización económica, un sistema basado en las corporaciones fascista. (...) El corporativismo fascista desempeñó la función de un mito que solucionaba los problemas de la lucha de clases y de la pobreza económica nacional; al hacerlo, mantenía unidas las fuerzas divergentes dentro del Partido y del país. Esta función permitía también al corporativismo fascista operar com una tática que podía cambiar de acuerdo con las necesidades del momento; el corporativismo se empleó para encubrir una serie de acuerdos tanto jurídicos como de facto durante el final de la década de 1920 y en la década siguinte. Como otros partidos de masa basados en una fe ciega en la ideología, estos saltos mortales tácticos fueron aceptados por los fascistas leales en la medida en que se presevaba la

[31] Para um estudo específico sobre fascismo e economia, cf. R. Sarti, **Fascimo y burguesía industrial, Italia 1919- 1940: un estudio sobre expansión del poder privado bayo el fascismo**. Barcelona: Fontanella, 1973, principalmente p. 23-65.

[32] P. Bresso, op. cit., p. 222.

Scanned with CamScanner

> denominación mágica. Outro atractivo del corporativismo fascista fué el argumento de que transcendía tanto el liberalismo como el socialismo para crear una nueva síntesis. Rechazaba la idea liberal de que el mejor sistema organizativo para una nación se conseguía a través del libre juego de las fuerzas del mercado, y la idea socialista de que este sistema se lograba transfiriendo las tareas productivas al Estado. En lugar de estas soluciones, el corporativismo fascista quería utilizar la capacidad de la empresa privada, pero controlada por el Estado. Al adoptar esta línea, los fascistas justificaban su hostilidad hacia el liberalismo y el socialismo,... [33]

Resumindo, pode-se dizer que o Partido Fascista, diante da crise política e social acentuada nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, utilizava a escola, através da reforma de Giovanni Gentile, bem como as Coorporações, como um instumento político declarado para desarticular totalmente o Estado Liberal e outras propostas, visando à ascensão do Estado fascista.

Considerações finais

Como vimos, as propostas do Partido Popular e do Partido Socialista, após a Grande Guerra, criticavam os limites da política liberal, tendo em vista as novas condições sociais que estavam sendo introduzidas pelo termino do conflito. Por outro lado, os liberais lutavam para a manutenção de sua política através de caminhos alternativos que, juntamente com as propostas do Partido Popular e do Partido Socialista, não conseguiram estancar a crise e não deram conta dos anseios sociais, políticos e econômicos da população italiana do pós-guerra, vindo a culminar com a "vitória política" do fascismo. A entrada do regime fascista no cenário político italiano teve, como o seu ponto alto, a retirada dos programas escolares que não estavam em uniformidade com a direção fascista. Com essa privação, houve a necessidade de se criar um programa educativo sistemático que viesse ao encontro das necessidades políticas fascistas e, ao mesmo tempo, confrontasse com os programas educacionais (católicos, liberais e socialistas) que já não estavam respondendo às necessidades educacionais do momento. Essa criação, para o governo fascista, visava a dois fatores: formar

[33] E. R. Tannenbaum, op. cit., p. 120-121.

Scanned with CamScanner

a classe dirigente e aprimorar o processo de integração mais intensa e mais adequada à sua política de casta[34].

REFERÊNCIAS

1. AGAZZINI, Dario. L' Amministrazione della Scuola. **In: La Scuola Italiana dall'Unitá ai nostri giorni. 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.**
2. ALBERTONI, Ettore. **Storia delle Politiche in Italia.** Milano: Arnaldo Mondadori, 1985.
3. AMBROSOLI, Luigi. La Scuola secondaria. In: CIVES, G. (cura) **La Scuola italiana dall' Unità ai nostri giorni.** 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
4. BELLUCCI, Ciliberto. **La scuola e la pedagogia del fascismo.** Torino: Loescher,1978.
5. BETTI, Carmen. **L' Opera Nacionale Balilla e l'educazione fascista.** Itália: Firenze, 1984.
6. BOBBIO, Noberto. **Dal fascismo alla democrazia:** I regime, le ideologie, le figure e le culture politiche. Milano: Baldini & Castoni, 1997.
7. BORGHI, L. **Educazione e autorità nell'Italia moderna.** Firenze: La Nuova Italia, 1975.
8. BRESSO, P.; CEREJA, F.; GARIGLIO, B. **Politica e istituzioni in Italia dall'unità al fascismo.** Torino: IL Segnalibro, 1989.
9. CIVES, Giacomo (cura). **La scuola italiana dall'unità ai nostri giorni.** 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
10. CROCE, B. **Le riforme degli esami e la sistematizzazione delle scuola medie.** Firenze: Laterza, 1921.
11. ____. **Pagine sparse.** 4. ed. Napoli, s. n., 1927.
12. FORT, Ester de. Gli Insegnanti. In: CIVES, G. (cura). **La scuola italiana dall'unità ai nostri giorni.** 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
13. GENOVESI et CARTASI. **Educazione e Socialismo in cento anni Storia d'Italia (1892–1992).** Bassi: Ferrara, 1993.
14. GENOVESI, Giovanni. **Storia dell'educazione.** Bassi: Ferrara, 1994.
15. GRAMSCI, A.; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

[34] G. Genovesi. Appendice ll: storia della scuola nell'Italia del XX secolo. In: **Storia dell'educazione**, p. 333.

Scanned with CamScanner

16. GRAMSCI, A. **L´alternativa pedagógica**. 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1980.
17. ____. **Antologia.** 12. ed. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristan. Madrid: Século XXI, 1992.
18. ISNENGHI, M. **Intellettualli militanti e intellettualli funzionari.** Torino: Giulio Einaudi, 1979.
19. LOMBARDI, Franco. **Las ideas pedagógicas de Gramsci.** Barcelona: A. Redondo, 1972.
20. MUSSOLINI, B. La dottrina del fascismo nell' Enciclopedia italiana. In: **Politica e instituzioni in Italia dall'unità al fascismo**. Torino: IL Segnalibro, 1989.
21. NERO DEL, Vittorio. **La Scuola elementare nell' Italia fascista**. Dalle circulari Ministeriali 1922-1943. Roma: Armando, 1988.
22. NOSELA, Paolo. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
23. POL DI, Redi Sante. Scuola, educazione e lotta di classe. In: **Il Grido del Popolo**. Milanese: Marzorati, 1989.
24. ____. **Storia della scuola italiana.** Linee gerali e problemi di ricerca. Firenze: Le Monnier, 1990.
25. ____. L' amministrazione della scuola. In: **La scuola italiana dall'unità ai nostri giorni**. 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.
26. SALVATORELLI, Luigi. **Sommario della storia d'Italia: Dai tempi presistoririci ai nostri giorni**. Torino: Einaudi, 1969.
27. SARTI, Roland. **Facismo y burguesia industrial, Itália, 1919-1940**: un estudio sobre expansión del poder privado bayo el fascismo. Barcelona: Fontanella. 1973.
28. TANNENBAUM, Edward R. **La experiencia fascista: sociedad y cultura en Italia (1922-1945)**. Madrid: Alianza, 1975.
29. TOMASI, Tina. **L'idea laica nell' Italia contemporanea (1870-1970)**. Firenze: La Nuova Italia, 1971.
30. VITTORIA, A. Scuola e apparati educativi del fascismo. In: **Studi Storici.** Rivista Trimestrale Dell' Istituto Gramsci, v. 1, 1979.

Scanned with CamScanner